

tempos difíceis

as pessoas
falam sobre a sua vida
e o seu trabalho

Ilustrações e arranjo gráfico.

André Luz

Autores.

Bruno Monteiro, Emília Margarida

Marques, Inês Brasão, Inês Coelho,

João Baía, João Queirós, José Nuno Matos,

José Soeiro, Nuno Dias,

Nuno Domingos, Sandra Leitão,

e Sara Conceição

Sumário

<i>Introdução: Notícias do «mundo fechado»</i> Nuno Domingos e Bruno Monteiro	5
<i>É fogo que arde sem se ver: os «velhos» operários e a «nova» fábrica</i> Bruno Monteiro	9
<i>Ao som da sirene: a vida no bairro de Santa Maria</i> Inês Brasão	17
<i>O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da precariedade à precariedade</i> José Nuno Matos	25
<i>Do entusiasmo à amargura – um percurso na (des)industrialização</i> Maria Inês Coelho e Sandra Leitão	33
<i>«Manipuladora de aves»: a privação da vida</i> Sara Conceição	41
<i>A experiência reiterada da rejeição socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto</i> João Queirós	49
<i>A escolha de Vitória: trabalho doméstico e os equívocos da moral burguesa</i> Nuno Dias	57
<i>No bairro da Relvinha, depois de Abril</i> João Baía	65
<i>Ninguém é desafinado</i> Nuno Domingos	73
<i>A luta de Rita: precariedade, vontade de justiça, um «outro lado demasiado grande»</i> José Soeiro	81
<i>Ser mais do que um robô</i> Emília Margarida Marques	89

m outro
modo

MONDE
diplomatique
EDIÇÃO PORTUGUESA

Título. Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho.

Editora. Outro Modo Cooperativa Cultural

Colaboração Editorial. Agostinho Santos Silva

Organizadores. Nuno Domingos e Bruno Monteiro

Autores. Bruno Monteiro, Emília Margarida Marques, Inês Brasão, Inês Coelho, João Baía, João Queirós, José Nuno Matos, José Soeiro, Nuno Dias, Nuno Domingos, Sandra Leitão e Sara Conceição

Design e ilustração. André Luz . www.andreluzdesign.com

ISBN. 978-989-95822-3-1

O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da precariedade à precariedade

JOSÉ NUNO MATOS Sociólogo

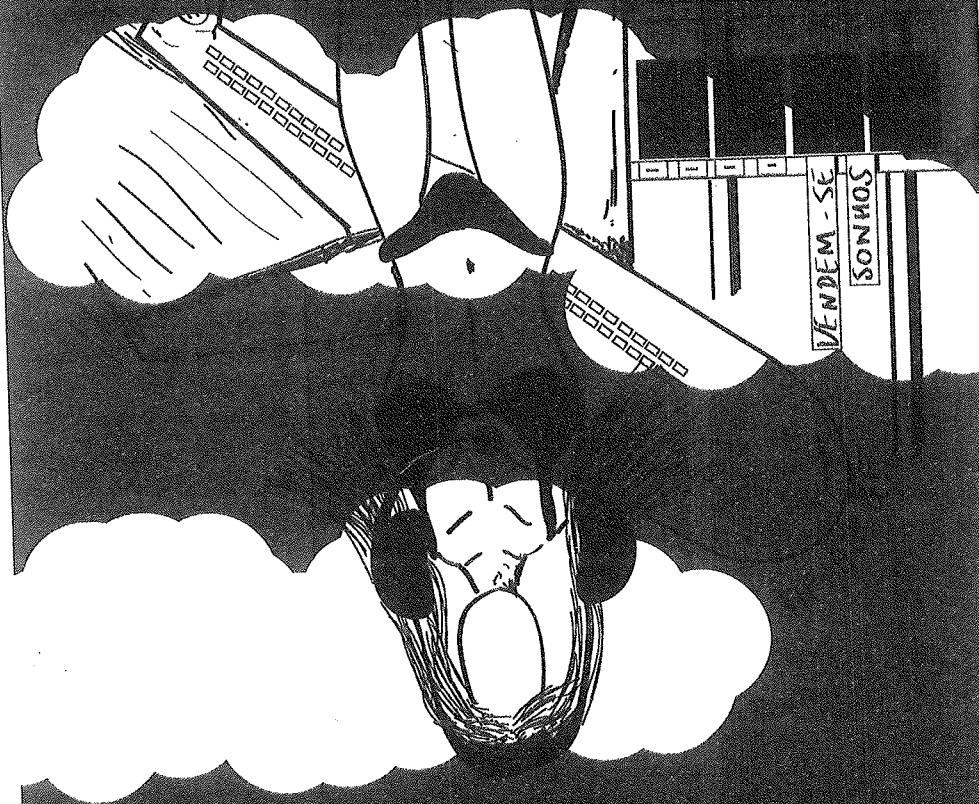
Beatriz [nome fictício] tem 26 anos e trabalha numa associação social. Nasceu e morou sempre em Lisboa. Milita num partido político. Ao longo da sua vida teve diversos empregos: alguns ilegais, outros legais, mas todos eles precários e, em geral, mal pagos. As respostas que se seguem são uma descrição desse percurso, marcado pela intermitência de trabalhos, por períodos ocasionais de desemprego, pela frequente mudança de casas e por dificuldades económicas permanentes. Um retrato que, com claras marcas distintivas, assinala uma condição social onde cada vez mais pessoas se vêem incluídas.

Quando é que te lembras pela primeira vez de trabalhar?

Tinha cerca de doze anos quando tive pela primeira vez noção de estar a desempenhar uma função que deveria ser remunerada. Comecei a ajudar a minha mãe – empregada doméstica de profissão – nas limpezas em casas de particulares, pequenos escritórios e num talho com sensivelmente seis ou sete anos. Inicialmente desempenhava pequenas tarefas, como limpar o pó, lavar vidros ou estender roupa e à medida que ia crescendo as responsabilidades iam aumentando. O objectivo era permitir que ela desempenhasse mais rapidamente as suas tarefas, de modo a poder trabalhar em mais locais e ter um salário maior. Embora tal me tirasse tempo de estudo e de socialização, sempre o vi como uma obrigação familiar que desempenhava a contragosto e não como um trabalho. Apenas aos doze anos tive noção de que os meus colegas não saíam de casa após o jantar para limpar um talho, que aquilo que estava a fazer não era legal e que existia uma remuneração associada ao que estava a fazer. Compreendi que tinha um trabalho que tinha de cumprir diariamente mas não aquilo que entendia como um emprego. Continuei a ajudar a minha mãe depois das aulas e a trabalhar em padarias e mercados, dando todo o vencimento aos meus pais, até aos dezassete anos, altura em que passei a ficar com parte ou a totalidade do meu salário.

Como descreves a relação com os patrões da tua mãe?

Não posso responder com segurança a essa questão, era criança e não prestava muita atenção a isso. A maior parte dos patrões davam-lhe as chaves de casa que



ela limpava durante o dia, quando estavam no trabalho. Essas eram aquelas a que ia durante o almoço ou nas manhãs ou tardes livres da escola. Os pequenos escritórios eram limpos ao fim-de-semana, pelo que nunca me cruzava com quem lá trabalhava. Havia uma casa, onde a minha mãe fazia mais horas, trabalhou durante mais anos e em que ajudou a educar o filho mais novo dos patrões, onde se sabia que eu ia para lá. Não tenho a certeza se arrumava e limpava a casa quando os patrões estavam presentes. Tenho é memória de eles me chamarem para junto deles e tentarem ensinar-me a ter boas maneiras, explicando-me como se comia à mesa, como se recusava uma oferta ou se dizia «não aprecio» ao invés de «não gosto», sempre numa forma que me incomodava, me fazia sentir inferior àquelas pessoas. Era muito tímida e sossegada, creio que gostavam de mim ou talvez sentissem pena.

Sei que no talho o patrão sabia que eu ajudava nas limpezas e não terá feito nenhum comentário pois ajudei sempre ao longo dos anos em que a minha mãe lá trabalhou. Quando por algum motivo o talho fechava mais tarde ou nós chegávamos mais cedo, o patrão deixava-me jogar um jogo arcaico, semelhante ao ténis mas num cenário espacial, que vinha com o Windows na altura – ficava sempre contente quando isso acontecia. Eu começava a lavar a cave (onde estava a arca frigorífica, a casa de banho e o pequeníssimo escritório com o tal computador) e quando a minha mãe terminava de lavar o andar onde entravam os clientes (e que era rodeado por montras de vidro), descia e ajudava-me a acabar a minha parte. Tenho memória de lavar os vidros das montras e não me recordo de alguma vez alguém ter feito comentários.

Como foi a conciliação entre o ensino secundário e a intermitências de empregos e biscates?

Não senti grandes dificuldades até concluir o ensino obrigatório. Os trabalhos eram sempre fora do horário das aulas, na hora de almoço ou ao final da tarde, por isso nunca faltei. A escola era frequentada por crianças pobres, por isso a ideia de ajudar os meus pais não era estranha. Acabava sempre por perder horas de estudo mas não o via como algo negativo: na escola onde estudava o objetivo era passar de ano até completarmos o 9.º, não ter boas notas. Nunca tive notas muito boas mas sempre fui uma das melhores alunas da turma e, contra as sugestões dos meus pais, inscrevi-me no ensino secundário – fui a única da minha turma a fazê-lo.

Ao entrar no liceu a situação mudou. Passei para uma escola de classe média alta, onde a maioria dos meus colegas vinham de colégios ou de boas escolas públicas. Foi aí que tive maior consciência de que a minha vida, referências e oportunidades eram diferentes das pessoas com quem estava diariamente. Comecei a esconder o facto de ajudar os meus pais, assim como escondia o facto de ter nascido em barracas e

de morar num bairro social – coisas normais nas escolas que tinha frequentado até então. Senti dificuldades em conjugar os trabalhos e o estudo com o que fazia depois das aulas e por isso comecei a trabalhar só ao fim-de-semana e apenas duas vezes por mês. Ainda assim, as dificuldades mantiveram-se. Não estava habituada à disciplina de estudo, faltavam-me os conhecimentos básicos nas disciplinas elementares e a minha preparação prévia era muito inferior à dos meus colegas de turma. As minhas positivas não eram elevadas, os professores não preparavam as aulas para os alunos mais fracos e os meus pais não acompanhavam o meu rendimento ou percurso académico.

No 12.º ano todos os meus colegas sabiam a que cursos se queriam candidatar mas eu não tinha informações básicas sobre o ensino superior. Não entendia bem o que era uma «disciplina específica», não sabia como funcionavam as candidaturas e achava que não existiam apoios sociais. Por vergonha, nunca falei sobre isso com ninguém e a minha escola não tinha orientação académica (ou pelo menos eu desconhecía a sua existência). Abandonei a escola na altura dos exames nacionais. Trabalhei durante um ano a tempo inteiro e no seguinte a tempo parcial, enquanto repetia cadeiras do 12.º. Candidatei-me ao ensino superior e entrei. No primeiro dia de aulas o meu pai deu-me 100€; achava que o traje académico era obrigatório.

Ao longo da universidade, viste-te obrigada a trabalhar? Em que empregos e sob que condições sociolaborais?

Tive direito a bolsa de ação social nos quatro anos em que estive na faculdade, sempre entre 100€ e 220€, dependendo do ano. Entre propinas, passe, refeições, livros e fotocópias, o apoio era bom mas não suficiente e a minha família também precisava de ajuda. Quando, no final do primeiro semestre, fui aos Serviços de Ação Social (SAS) perguntar se podia ter um emprego em tempo parcial e qual seria a redução na bolsa, disseram-me que não podia conciliar as duas coisas. Comecei a procurar empregos sem contrato mas nem sempre era fácil encontrar trabalhos nessas condições com horários conjugáveis com os da faculdade. Ao longo dos quatro anos que levei a fazer a licenciatura trabalhei em restaurantes, lojas de centro comercial e feiras, geralmente sem contrato, e ganhando entre 150€ e 300€. Comecei a usar o esquema de procurar trabalhos com contrato em Janeiro, quando a bolsa de ação social já tinha chegado e nunca lá ficava mais de dois ou três meses. Queria escapar ao radar dos SAS e consegui-o sempre. No Verão trabalhava como porteira ou padeira no mercado do meu bairro.

Na faculdade as dificuldades prendiam-se mais com os horários das aulas e o tempo de estudo. A minha faculdade tinha horários incompatíveis com a ideia de trabalhador-estudante, era «normal» o dia em que tinha uma aula às 08h00, um furo de quatro ou seis horas ao final da manhã e a última aula a começar às 18h00.

Apanhei também o início do controlo de faltas e, como não tinha estatuto de trabalhadora-estudante, não podia faltar, sob pena de me baixarem a nota no final do semestre.

Podias descrever os processos de recrutamento?

Variavam bastante. Os empregos em mercados ou como porteira eram conseguidos através de «cunhas», geralmente através de conhecidos da minha família ou a fazer as férias de familiares e vizinhos. Nenhum legal, nem alguma vez essa hipótese se colocou. Os trabalhos em lojas ou restaurantes funcionavam de forma diferente. Deixava o meu currículo nas lojas que tinham anúncios de procura de funcionários na montra e quando era chamada para a entrevista perguntava de forma discreta se tinha de haver contrato, sendo que geralmente já sabia quais as lojas que tinham trabalhadores ilegais. Era habitual que os funcionários a tempo inteiro tivessem contrato legal e os a tempo parcial fossem estudantes universitários que iam rodando, uns durante semanas, outros durante meses. O processo de recrutamento era em tudo igual ao de um trabalhador a contrato, embora não se colocasse a hipótese de gerir as folgas para poder estudar na véspera dos exames. Enquanto estudava o processo foi sempre simples, sabia que me escolhiam pelo aspeto físico e que estudar na faculdade era uma mais-valia – diziam que éramos mais bem-educados com os clientes.

Em call-center trabalhei sempre com contrato, no tal esquema de fuga aos SAS. Os anúncios falavam das empresas para as quais ia trabalhar de facto, o contrato era sempre com empresas intermediárias. O tratamento que recebia era semelhante ao dos empregos sem contrato, sendo que nestes não estava ilegal e supostamente tinha direitos. Tal como nos empregos em que me pagavam «por baixo da mesa», também aqui sabia que se me queixasse ou exigisse o que era meu direito estaria desempregada no dia seguinte.

E depois do curso?

Uma vez concluído o curso inscrevi-me num mestrado em horário pós-laboral, tive bolsa de ação social mas como já não vivia em casa dos meus pais tive de procurar emprego. Não tinha esperança de vir a arranjar emprego na minha área, e não arranjei. Decidi procurar emprego nos sítios onde tinha trabalhado anteriormente. Entreguei currículos em todos os centros comerciais de Lisboa e só uma loja me chamou para uma entrevista. Riram-se na minha cara quando disse que pretendia tirar o mestrado e que não me iriam contratar por ter uma licenciatura. No final, aconselharam-me a esconder qualquer formação além do liceu e a desistir do mestrado.

Acabei por arranjar um emprego de vendas em call-center, onde os salários com as comissões pareciam sempre ser elevados mas que incluíam objetivos impossíveis

de atingir para quem vendia o produto mais caro do mercado em contexto de crise. Desmotivou-me o facto de ali ter ido parar após quatro anos de licenciatura mas pior era perceber que a maior parte dos meus colegas tinham mais de 30 anos, muitos com filhos no final da adolescência e que, como eu, trabalhavam com contratos quinzenais. Era normal vermos pessoas a serem despedidas enquanto trabalhávamos, uma vez uma colega desatou a chorar a meio de uma chamada – vivia sozinha com a filha e foi despedida.

Como tinha conseguido a bolsa de ação social e os horários me impediam de ir às aulas, despedi-me achando que conseguiria encontrar um emprego em part-time. Não consegui, passei a ouvir que as vagas para call-center tinham sido preenchidas por pessoas com mais qualificações. Passaram-se meses e desisti do mestrado após o primeiro ano, estava a usar o dinheiro da bolsa para sobreviver. Pensei em emigrar e comecei a candidatar-me para empregos como hospedeira de bordo entre as companhias aéreas que agora recrutam em Portugal duas vezes por ano. Fui aceite logo na primeira entrevista: para passar bastou-me falar inglês, maquiarme e dar as respostas certas. Não sabíamos em que cidade europeia iríamos ficar mas foi-nos dito que o salário era fixo. Quis esclarecer se o salário seria igual para quem trabalhasse numa cidade norueguesa ou croata; responderam-me que sim, mas que poderia aumentar o salário com as comissões das vendas feitas a bordo ou que gostariam que me candidatasse para ser modelo de biquíni no calendário de caridade da empresa.

Teria de pagar a estadia fora de Lisboa durante o mês de formação e poderia descontinuar essa mesma formação nos primeiros oito meses de trabalho. Não tinha como pagar, fui chamada para um emprego temporário como caixa de supermercado e aceitei. Era a única pessoa com a licenciatura completa entre as selecionadas e a única que tinha um contrato de três meses sem direito a renovação. Na formação para supermercado era-nos dito que só lá estávamos por “não [sermos] muito feias” e eram comuns os comentários racistas e sexistas que ninguém questionava. Aceitei fazer horas extraordinárias no armazém e na reposição, trabalhava o mesmo que os colegas com o dobro do meu tamanho e findos os três meses mandaram-me para casa com a indicação de que teria duas semanas de férias e que depois poderia ir trabalhar para o armazém a tempo inteiro e com contrato de seis meses.

Alguma vez foste sindicalizada? Por que razão?

Não. Só quando trabalhei em call-center e no supermercado é que senti que poderia ser positivo sindicalizar-me ou pelo menos informar-me sobre o sindicato da área. Quando estava a trabalhar num supermercado procurei informações sobre o meu sindicato, contactei-os via email e nunca obtive resposta. A verdade é que também tinha receio de que se soubesse que estava a pensar em sindicalizar-me, uma

vez que o meu contrato era curto e a renovação dependia muito do meu «comportamento». Dependendo da secção onde se trabalhava, era normal trabalhar 30 minutos ou 2 horas de graça por dia. Uma vez fiz o meu turno normal, de 8 horas, e tive de trabalhar outras 10 horas de forma gratuita – tendo a sorte de estar de folga no dia seguinte, ao contrário de alguns colegas que nem a casa foram tomar banho. No dia seguinte decidi imprimir uma petição pelo fim das horas extraordinárias não pagas na área, mas toda a gente me aconselhou a não reunir assinaturas até assinar um novo contrato.

Só num dos meus empregos em call-center é que o sindicato entrou em contacto connosco durante a formação. Entraram na sala, distribuíram um folheto a cada pessoa e saíram, sem dizerem uma palavra. O folheto não era sobre direitos laborais, continha o nome do sindicato, o telefone e uma lista de protocolos que estes tinham com empresas de formação profissional. Fiquei profundamente desiludida quando percebi que era assim que funcionavam os sindicatos. Tinha uma visão romântica dos sindicatos e percebi que na realidade estes não tinham nenhum contacto com os trabalhadores precários e que, conseqüentemente, não teriam qualquer impacto na minha vida profissional. Dificilmente iria aderir a um sindicato e conseguir criar alguma mudança nas suas estruturas e menos ainda conseguiria fazer política dentro do meu local de trabalho, fosse na sala de refeições de um call-center ou nos vestiários de um supermercado. A minha realidade laboral e o trabalho dos sindicatos não são a mesma coisa.

Não constituindo um relato exaustivo da vida, a narrativa aqui exposta convoca uma série de fenómenos de âmbito mais alargado, os quais traduzem a existência de estruturas que, no seu seio, integram tantas outras vidas. O trabalho, tema convocado pelas questões apresentadas, assume uma especial importância no percurso da entrevistada. Ao invés de compor um horizonte imaginário, motivado por perguntas frequentes em torno do que se «quer fazer quando se for grande», o trabalho é algo que já se faz e cujo exercício, aos poucos, se torna reconhecível: não mais como uma obrigação familiar que se desempenha a contragosto, mas como algo associado a uma remuneração.

Porém, a carga social exercida sobre a vida de cada um não significa que a última se limite a ser pura e simplesmente transportada de forma automática. Mais do que compreender o que motiva a vontade na continuação dos estudos, contra as sugestões dos meus pais, importa realçar o encontro das estruturas necessárias à concretização desse desejo. Com todas as suas contradições e antinomias (um sistema de acção social incapaz de colmatar as necessidades primárias dos estudantes, empurrando-os para «biscates» à margem do direito laboral, por exemplo), a existência de uma escola e de uma universidade pública assegurou a ruptura com o processo de reprodução social.

O aumento do desemprego e da precariedade, e a aplicação de medidas de austeridade ao nível do sistema de ensino público representam, por contrário, a perpetuação de uma sociedade classista de fronteiras inamovíveis. Como podemos comprovar, a posse de qualificações deixou de significar o acesso à condição de *empregada*, chegando a sua utilidade a ser mesmo ridicularizada face a uma formação mais específica na área laboral. A ser alvo de reconhecimento, as qualificações educativas não deixam mesmo assim de ser equiparadas a outro tipo de atributos, nomeadamente entre as mulheres: a maquiagem certa, o corpo adequado ao biquíni ou, em último caso, «não [sermos] muito feias».

Por fim, existe uma relação, cada vez mais visível, entre a aplicação extensiva deste tipo de engenharias sociais e a incapacidade sindical na aproximação a qualquer trabalhador que não seja dos quadros. Mesmo *na sala de refeições de um call-center ou nos vestiários de um supermercado*, o contacto com a realidade laboral limita-se à oferta de uns panfletos com endereços. Tal ausência, manifesta na descrença do sindicato enquanto instrumento de mudança, acaba por fazer com que mesmo essas regiões de retaguarda acabem por ser integradas no espaço de influência da empresa. ●